

MARCIO MOREIRA ALVES

1.4 MAI 1996



de Brasília

Direitos humanos

• O presidente Fernando Henrique divulgou ontem, com pompa e circunstância, o Plano Nacional de Direitos Humanos, organizado, com lógica cartesiana, em um conjunto de intenções, objetivos e atividades que dão grande ênfase ao trabalho educacional e às parcerias com a sociedade civil. O objetivo final é ambicioso: criar, neste Brasil que não se livrou inteiramente da escravidão, uma cultura de direitos humanos.

O senador Severo Gomes, que morreu no desastre de helicóptero que também vitimou seu amigo Ulysses Guimarães, está na origem da formalização das primeiras preocupações de um partido político com a defesa dos direitos humanos. Fundou, juntamente com o senador Teotônio Vilela, o então deputado estadual José Gregori e o professor da USP Paulo Sérgio Pinheiro, a comissão de defesa dos direitos humanos do PMDB.

Quis o destino que os dois sobreviventes, Gregori e Paulo Sérgio, se tornassem os principais responsáveis pelo plano hoje lançado, que é o primeiro a ser apresentado por um país das Américas e o terceiro do mundo, precedido apenas pelos da Austrália e das Filipinas. Paulo Sérgio é doutor pela Fundação de Ciências Políticas da Universidade de Paris I, a Sorbonne, curso hiperelitista que admite apenas 30 doutorandos por ano, sendo 25 franceses.

No início da década dos 70, coincidiu que a vaga oficiosamente dada à latino-americanos fosse ocupada por brasileiros quatro anos seguidos. Héglio Trindade, atual reitor da UFRG, estudou o movimento integralista, Paulo Sérgio, o movimento comunista até 1930, escrevi uma tese sobre as relações entre a Igreja e o poder, e Luciano Martins fez um doutorado de Estado sobre as decisões estratégicas para

das greves dos metalúrgicos no ABC paulista, aproximou-o tanto de Lula como de Fernando Henrique.

Agora, como chefe de gabinete do ministro da Justiça, Nelson Jobim, José Gregori é um curinga que o presidente guarda de reserva, para quando a necessidade aparecer. Não foi ministro da Reforma Agrária por acharem que a sua vocação para encontrar pontos em comum entre adversários é uma arte que se exerce melhor à volta de mesas e sobre tapetes do que na lama do Sul do Pará.

O Plano de Direitos Humanos é o resultado de seis seminários que, ao longo de quatro meses, reuniu órgãos do Governo e 210 das cerca de 300 ONGs que se ocupam do assunto. A idéia fundamental é a parceria entre a sociedade civil e o Governo, porque, como diz Paulo Sérgio, se a sociedade não conhecer os seus direitos, ensiná-los e lutar por eles, as possibilidades de uma ação governamental eficaz se reduzem muito.

A ênfase maior é sobre os direitos civis e, declara, "a necessidade de acesso à Justiça, na medida que essas áreas revelam, no âmbito do poder público, as violações de maior gravidade e, na esfera da vida social, as práticas que ferem mais diretamente a integridade física e o espaço de cidadania de cada um".

o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao voltar para o Brasil, Paulo Sérgio, que examinara as formas de repressão policial utilizadas contra os comunistas, atualizou as suas pesquisas e passou a interessar-se pelas atuais violações de direitos humanos por parte de agentes dos governos.

Em 1990, apoiado administrativamente pelo reitor José Goldemberg e politicamente por Severo Gomes, criou o Núcleo de Estudos da Violência da USP. O Núcleo é hoje um centro de estudos internacionalmente reconhecido, que reúne perto de 40 pesquisadores e recebe financiamentos do CNPq, da Fapesp, da Fundação Ford e da União Européia. Paulo Sérgio tornou-se autoridade mundial no assunto, sendo o relator da Comissão de Direitos Humanos das Nações para temas relativos a Burundi, país que se tornou recordista em violações e massacres em virtude da guerra entre etnias que lá se trava.

O advogado José Gregori contraiu o vírus da vida pública com San Tiago Dantas, de quem foi um importante auxiliar no Ministério da Fazenda. Durante a mais negra década dos "Anos de Chumbo" foi o presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e o braço direito de dom Paulo Evaristo Arns na defesa de toda sorte de perseguidos. A sua constante presença de negociador quando

Na introdução ao plano, o Governo reconhece que, "em uma sociedade injusta como é a do Brasil, é impossível promover os direitos humanos sem que os problemas estruturais do desemprego, da fome, da habitação, do acesso à terra, da saúde, da educação, sejam objeto de políticas governamentais. Mas, para que a população entenda que os direitos humanos são de todos, é fundamental que seus direitos civis elementares sejam garantidos e que a Justiça seja uma coisa tangível para qualquer um". A luta que se propõe imediata deve se desenvolver em três frentes:

- Direito à vida e à integridade física, nisso incluídos homicídios, seqüestros, desaparecimentos, violência doméstica contra mulheres, crianças e idosos, violência nos locais de trabalho e no trânsito.

- Direito à igualdade, especialmente ao acesso desigual à Justiça e a discriminação com base em gênero e raça.

- Direito à liberdade, principalmente em relação ao trabalho forçado. Trata-se, na verdade, de fazer obedecer ao disposto na Constituição americana: "Todos os homens nascem iguais, com direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca da felicidade."

Essa declaração é tão universal e bem formulada que Ho Chi Min transformou-a no primeiro artigo da Constituição do Vietnam.